

JORNAL PETROLEIROS

NENHUM PETROLEIRO PARA TRÁS!

TRABALHADORES DA ATIVA ENGROSSAM
MOBILIZAÇÃO POR SOLUÇÃO DEFINITIVA PARA OS
EQUACIONAMENTOS DA PETROS **PÁGINAS 4 E 5**



Nova PLR aprovada! Após avanços nas negociações, categoria aprova proposta **PÁGINA 3**

1º ano de Governo Lula: entre avanços e desafios, coordenador geral da FUP analisa 2023 **PÁGINA 6**

Palestina: genocídio em Gaza supera 100 dias sem perspectiva de paz **PÁGINAS 7**



Foto: Diogo Zacarias

2024 TEM QUE SER O ANO DA ACELERAÇÃO DA RECONSTRUÇÃO DA PETROBRÁS

Depois da experiência dos governos neoliberais, onde a agenda era de arrocho salarial e retirada de direitos, o ano de 2023 foi marcado pela retomada de uma relação civilizada entre patrões e sindicatos e isso resultou em avanços para a classe trabalhadora.

No caso dos petroleiros, os sindicatos voltaram a ser respeitado após anos de perseguição e nas negociações garantimos avanços como o aumento real, que não tínhamos há oito anos, direitos sociais perdidos foram retomados, a reconstrução da AMS e a PLR voltou a ser negociada e ser a principal fonte de remuneração variável.

Também houve uma mudança no papel da Petrobrás para a sociedade. Nos governos Temer e Bolsonaro, a estratégia era gerar riqueza para os acionistas, através da política de preços dos combustíveis atrelada ao mercado internacional que esfolava a população e as privatizações fraudulentas. Atualmente, na gestão do governo Lula, os preços dos combustíveis estão sendo abaratacidos, as obras estão sendo retomadas e os empregos de qualidade chegam juntos nessa onda.

O conjunto da categoria sabe que foram pequenos passos, porém, firmes. O ano de 2024 deverá ser marcado pela aceleração da reconstrução da Petrobrás e a resolução de problemas estruturais da categoria, como o fim dos equacionamentos da Petros, a retomada do custeio 70/30 na AMS, o novo plano de cargos e os novos concursos com milhares de vagas. Para transformar tudo isso em realidade só existe um caminho: a organização da categoria e a luta permanente.



Foto: Ricardo Stuckert

Para 2024, governo enfrentará o desafio de baixar os juros e manter os investimentos sob as regras fiscais //

RECONSTRUIR O PAÍS PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS DA CLASSE TRABALHADORA

Neste artigo feito sob encomenda para o Jornal dos Petroleiros, o Dieese aponta quais foram as medidas que propiciaram os avanços no campo econômico e social, além de detalhar os desafios que o governo enfrentará em 2024

Por DIEESE*

O ano de 2023 terminou com resultados acima daqueles esperados no final de 2022. A inflação se mantém dentro da meta prevista e a retração dos preços dos alimentos deu alívio para as famílias brasileiras, principalmente as de baixa renda. O país cresceu e a expectativa é que a variação do Produto Interno Bruto (PIB) seja de 3%, superior às estimativas feitas no início do ano. No mercado de trabalho, a melhora se traduz em empregos com carteira assinada e maior consumo das famílias, também estimulado pelas políticas de transferência de renda que levaram mais comida saudável para a mesa das famílias brasileiras. As negociações coletivas registram resultados positivos, com muitas categorias alcançando reajustes acima da inflação, em decorrência da melhora de alguns indicadores.

Para isso acontecer, foi importante a aprovação da política de valorização do salário mínimo, o novo recadastramento do Bolsa Família, o arcabouço fiscal, que flexibiliza o teto de gastos, o projeto de lei da igualdade salarial entre homens e mulheres, o piso nacional da enfermagem, o programa de incentivo à negociação de dívidas de pessoas físicas (Desenrola Brasil), a implementação do novo Plano de

Aceleração do Crescimento (PAC), entre tantas outras políticas aprovadas neste primeiro ano de governo Lula 3. Várias pautas que interessam à classe trabalhadora retornaram para o centro do debate, como a criação de grupos de trabalho para fortalecer a negociação coletiva e as entidades sindicais, e para avançar na regulamentação do trabalho por aplicativo.

No campo ambiental, em pouco tempo e com políticas certas, o governo conseguiu reduzir o desmatamento na Amazônia em 50% e o retorno da confiança e investimentos estrangeiros no Fundo Amazônia e no Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. O Brasil voltou a ser destaque na agenda internacional.

Em 2024, o Brasil enfrentará desafios ainda mais profundos. Ao apostar no crescimento, impulsionado pelo investimento do setor público, é necessário transpor debates importantes, como as taxas de juros muito acima do necessário e a possibilidade de manter as despesas do governo dentro das regras do novo arcabouço fiscal. Também há necessidade de melhorar a qualidade dos empregos gerados, elevar o rendimento do trabalho e criar condições para estimular a indústria brasileira, estagnada nos últimos anos.

* Texto construído a partir do Boletim de Conjuntura, nº 41, publicado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), disponível no site do Departamento.



Foto: Sindipetro Unificado

Nas bases do Sindipetro Unificado, cerca de 90% dos petroleiros acompanharam o indicativo de aprovação da FUP

PETROLEIROS APROVAM PLR POR AMPLA MAIORIA

Proposta aprovada é a maior PLR já paga em número de remunerações e resgatou a relação piso e teto de quatro vezes, com limitações de no máximo seis remunerações no piso

Por Vítor Peruch, com informações da FUP

Após a conclusão das assembleias realizadas entre os dias 22 e 30 de janeiro, a nova proposta de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) de 2023 foi aprovada pela categoria petroleira. Com isso, nesta quarta-feira (31), a coordenadora do Sindipetro Unificado, Cibele Vieira, assinou os acordos com a Petrobrás e suas subsidiárias.

Em reunião realizada no dia 16 de janeiro, o Conselho Deliberativo da FUP já havia avaliado que a nova proposta, apresentada pelas empresas do Sistema Petrobrás, atendia as principais premissas apontadas pelos próprios trabalhadores como fundamentais para o fechamento

do acordo.

Nas bases do Sindipetro Unificado, cerca de 90% dos petroleiros acompanharam o indicativo de aprovação da Federação Única dos Petroleiros (FUP), enquanto 10% votaram contra. A aprovação garante que o adiantamento da PLR 2023 seja pago até o dia 9 de fevereiro, com exceção da TBG, que será paga em maio.

As direções sindicais entenderam que os avanços obtidos na negociação coletiva são um importante passo para o restabelecimento do regramento de uma PLR unificada em todo o Sistema Petrobrás e a luta pela extinção dos programas unilaterais de remuneração variável

que foram implementados à revelia da categoria nos últimos anos.

A proposta foi aceita pelos trabalhadores principalmente por melhorar consideravelmente a relação piso versus teto, avançar na construção de alternativas para garantir uma maior isonomia para os trabalhadores de todas as subsidiárias e retirar o IARI (Índice de Atendimento das Recomendações de Inspeção) dos indicadores, reduzindo, assim, a possibilidade de subnotificações, como sempre ocorre quando métricas de segurança são atreladas à remuneração variável.

PLR MAIS EQUÂNIME

“A nova proposta manteve a maior PLR já paga em número de remunerações (três remunerações), e resgatou a relação piso e teto de quatro vezes, porém com limitações de no máximo seis remunerações no piso, contemplando de forma mais equânime a grande maioria dos trabalhadores”, explica a diretora da FUP e coordenadora geral do Sindipetro Unificado, Cibele Vieira. Ela lembra que a diferença entre os maiores e os menores valores a serem pagos era de 10,7 vezes.

“Além disso, conquistamos um GT [grupo

de trabalho] para seguir na luta por uma PLR que considere o valor do Sistema Petrobrás e não o resultado separado por empresa”, afirma Cibele, ressaltando a importância dessa conquista para “seguir fortalecendo a PLR e enfraquecendo o agora PRD [Programa de Prêmio por Desempenho]”.

Conforme cobrado pela FUP, o valor do piso proposto pela Petrobrás equivale ao mesmo que foi praticado entre 2008 e 2013, período que antecedeu a negociação do histórico acordo de regramento. Além

disso, a proposta de três remunerações para os empregados que receberem acima do piso é a maior já apresentada pela empresa. Até então, a maior referência havia sido de 2,15 remunerações, no acordo de 2008.

Segundo o Dieese, essa também é a proposta de PLR com o maior montante a ser distribuído à categoria petroleira, desde que a Petrobrás começou a pagar a participação nos lucros.

AMPLIAR A LUTA PELO FIM DO PRD

A rejeição massiva da primeira proposta de PLR nas assembleias e a nova rodada de negociação com a Petrobrás garantiram uma vitória política importante ao retirar das mãos das gerências parte considerável das verbas do Programa de Prêmio por Performance (PPP), rebatizado para Programa de Prêmio por Desempenho (PRD). Esse montante foi realocado para complementar a Participação nos Lucros e Resultados.



Foto: Gustavo Luson/Sindipetro Unificado



Foto: Gustavo Luson/Sindipetro Unificado



Foto: Guilherme Weimann/Sindipetro Unificado

Acordo foi assinado pela FUP no dia 7 de dezembro

APÓS ATOS, PETROBRÁS SINALIZA QUE APRESENTARÁ SOLUÇÕES PARA OS EQUACIONAMENTOS ATÉ MARÇO

Petroleiros pressionam e Jean Paul Prates se compromete a resolver os entraves do GT Petros

Por Vitor Peruch, com informações da FUP

Após a realização de diversos atos no Dia Nacional dos Aposentados, 24 de janeiro, a Petrobrás assumiu o compromisso de encontrar uma solução definitiva para os equacionamentos da Petros. A mobilização da categoria, ocorrida em diversas bases, pressionou a empresa a buscar respostas concretas para os problemas nos Planos de Previdência Complementar do Sistema Petrobrás (PPSPs).

No Rio de Janeiro (RJ), centenas de aposentados e pensionistas participaram de um ato unificado em frente à sede administrativa da Petrobrás. Também houve manifestações nas portas das unidades, como na Refinaria Abreu e Lima

(RNest), no Terminal de Suape (PE), na Lubnor (CE), na Recap (SP), na Replan (SP), na Refap (RS), na Repar (PR) e na antiga SIX (PR).

Essas mobilizações fizeram com que o presidente da empresa, Jean Paul Prates, e a diretora de Assuntos Corporativos, Clarice Coppetti, recebessem representantes da FUP, FNP, CONTTMAF/Sindmar, AMBEP e FENASPE. Durante a reunião, as lideranças sindicais questionaram as dificuldades nas negociações do Grupo de Trabalho (GT) Paritário da Petros/Petrobrás.

Ao final do encontro, ficou estabelecido o mês de março como o prazo limite para a empresa apresentar caminhos efetivos

para solucionar os equacionamentos, que têm impactado diretamente a vida dos aposentados e pensionistas.

UNIÃO DE ATIVOS E APOSENTADOS

Os atos no Dia Nacional dos Aposentados destacaram a união entre trabalhadores da ativa e aposentados em diversas bases da Petrobrás. Nas refinarias de Capuava (Recap), Paulínia (Replan), e no Terminal de Senador Canedo (GO), a categoria reforçou sua luta contra os descontos abusivos da Petros, que afetam negativamente a vida dos aposentados.

Em Paulínia, a coordenadora do



Foto: FUP



Foto: Vitor Peruch/Sindipetro Unificado



Foto: Guilherme Weimann/Sindipetro Unificado

Sindipetro Unificado e diretora da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Cibele Vieira, pontuou a necessidade de transformar o Dia dos Aposentados em uma data de luta, buscando envolver ativamente os trabalhadores da ativa nesse desafio coletivo: “Não dá para deixar as pessoas que construíram essa empresa no passado, recebendo contracheques praticamente zerados atualmente”.

A coordenadora do Sindipetro Unificado também chamou a atenção para a responsabilidade da Petrobrás: “Tivemos reuniões do fórum das entidades em torno da Petros e agora é uma questão da Petrobrás assumir a sua responsabilidade no plano [Petros 1]. Para além da questão da parte paritária, tivemos uma série de ações judiciais em que a Petrobrás não colocou a parcela dela nessas ações”.

O ex-presidente do Sindipetro Unificado e ex-conselheiro eleito da Petros, Wilson Santarosa destacou os impactos para os aposentados, que estão pagando os chamados PED's (planos de equacionamento de déficits), diminuindo suas aposentadorias, que somados aos descontos da AMS, segundo ele, estão levando alguns aposentados a situações extremas: “Entre 1970 e 1983, a Petrobrás não colocou um vintém sequer na Petros. Hoje, tem gente em vias de cometer suicídio pois não tem dinheiro

para pagar a casa ou comprar comida. Tem aposentado vivendo de favor de familiares, pois não está recebendo nenhum dinheiro”.

Silvio José Marques, petroleiro aposentado e líder da histórica greve de 1995, lembrou que os problemas atuais não são exclusivos dos aposentados: “Quem causou esse déficit dentro da Petros? Não é o trabalhador! Eu paguei! Vocês estão pagando! Precisamos cobrar!”

FUTURO PREOCUPANTE

Petroleiro há 17 anos na Replan, Adamec Seccoli faz parte do Plano Petros 2. Além de se solidarizar com o drama vivido pelos aposentados, ele fez um alerta aos seus companheiros: “Contribuo há 17 anos com o Petros 2 e, através de simulações, percebi que mesmo que eu me aposente com 70 anos, teria um salário de cerca de R\$ 4500. É um cenário que aponta para problemas semelhantes aos que os aposentados enfrentam hoje”.

Seccoli também reclamou sobre a facilitação da saída do plano e retirada do dinheiro: “Temos que tomar cuidado pois essa facilitação que eles oferecem por dois motivos: o primeiro é a retirada do vínculo. A Petrobrás não quer ter aposentados, então quando ela facilita a retirada do dinheiro do Petros 2, é porque ela não quer que você se aposente, ela quer quebrar essa

memória que temos hoje. E o outro ponto é que se todo mundo tirar o dinheiro, o último não vai ter nada lá. Isso coloca em risco o plano!”.

RECAP E TRANSPETRO

Na Recap, o ato também teve o espírito de união, com ato uma excelente participação massiva da base ativa, HA e Turno, e de muitos aposentados. Segundo o diretor do Sindipetro Unificado, Juliano Deptula, o ato foi bom e mostrou mais uma vez o espírito de coletividade: “É mais uma demonstração da categoria petroleira de companheirismo e solidariedade, onde a compreensão com a pauta dos aposentados e que a luta hoje vai fortalecer a Petros no futuro para todos”.

Para a petroleira aposentada Vera Lúcia Ranieri, presente no ato da Recap, todos os atos realizados são fundamentais para dar visibilidade ao problema que a categoria enfrenta: “O ato de hoje é muito necessário! Todas essas manifestações de são uma resposta dos aposentados e pensionistas que estão sentindo na pele esses descontos. Tem gente realmente zerado, recebendo muito pouco”.

Já no Terminal da Transpetro de Senador Canedo, no estado de Goiás, os trabalhadores realizaram um atraso de uma hora em apoio à luta dos aposentados.



Deyvid Bacelar está em seu segundo mandato à frente da maior representação dos petroleiros do país

“NÃO TEM PÉ NEM CABEÇA MANTER UM BOLSONARISTA EM FUNÇÃO GERENCIAL NA PETROBRÁS”

Sobre o primeiro ano da nova gestão da Petrobrás, o coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Deyvid Bacelar, exalta diversos avanços, mas aponta alguns desafios, como o de combater resquícios bolsonaristas dentro da empresa

Por Guilherme Weimann

Não foram poucos os retrocessos no Sistema Petrobrás desde o impeachment contra a ex-presidenta Dilma Rousseff, iniciado no fim de 2015. Houve alguns visíveis e sentidos por toda a população, como a política que elevou sistematicamente os preços dos combustíveis e as diversas privatizações, até alguns mais internos, relacionados a uma cultura corporativa predatória, marcada por assédios trabalhistas, sexuais e por práticas declaradamente antissindicalistas.

Em entrevista exclusiva concedida ao Sindipetro Unificado, o coordenador geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Deyvid Bacelar, exalta mudanças nessas duas pontas, mas também aponta um longo caminho a ser percorrido.

Sobre a política de preços, Bacelar aponta que houve, sim, uma alteração por parte da Petrobrás, que atualmente “não utiliza o preço de paridade de importação”, mas indica a necessidade de se buscar a autossuficiência: “O Brasil ainda tem um gap relativamente grande em relação ao diesel e ao GLP, o que faz com que os preços internacionais tenham uma influência maior nesses custos de importação”.

Nesse sentido, o sindicalista exalta a decisão da empresa de retomar as obras da Refinaria Abreu e Lima (RNEST) e do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), mas faz uma ressalva: “Uma crítica construtiva que a gente tem feito

à Petrobrás é que o GLP poderia já de imediato ter preços mais baixos, ainda mais baixos, porque ele representa em torno de 3,5 a 4% apenas do faturamento da empresa”.

Já sobre as privatizações, destaca que todos os processos abertos pelos governos anteriores foram paralisados já no primeiro semestre do ano passado. Em relação à retomada de ativos, que não ocorreu neste primeiro ano de governo Lula, indica que há uma sinalização de acordo com a Mubadala (dona da Refinaria Landulpho Alves) e que os petroleiros têm cobrado a reestatização da Reman (Refinaria Isaac Sabbá), da RPCC (Refinaria Potiguar Clara Camarão) e da Six, além de outros ativos, como a BR Distribuidora, Liquigás, NTS e a própria Fafen - PR (Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados do Paraná), cuja hibernação, em fevereiro de 2020, foi o estopim da segunda maior greve da categoria.

Quando o assunto é interno, Bacelar aponta que é inegável a mudança de postura da empresa, mas é enfático em admitir que muito da cultura bolsonarista ainda se mantém: “Ainda persistem alguns gestores [bolsonaristas], eu não diria muitos, mas que estão em funções importantes na companhia. Essas pessoas discordam do projeto que saiu vencedor nas urnas, discordam das mudanças que estão sendo feitas no planejamento estratégico da Petrobrás e não vão ajudar em nada [...]. Não faz o menor sentido manter uma

pessoa que discorde do projeto, da prática da nova gestão. Não tem nem pé nem cabeça manter um bolsonarista em função gerencial”.

Dessa síntese do primeiro ano do novo governo, Bacelar aponta pautas prioritárias dos petroleiros para este ano de 2024: “A FUP tem como perspectiva central as grandes negociações que estão sendo feitas neste momento, como a retomada do custeio do plano de saúde para 70x30 e a aprovação da proposta elaborada pelo GT da Petros, para que a patrocinadora arque com sua dívida junto com o fundo de pensão. Além disso, temos outros temas que estão sendo negociados, como o plano de cargos e salários e um acordo nacional para as paradas de manutenção. E vamos, com certeza, continuar participando da construção da Petrobrás que acreditamos ser essencial para o Brasil”.

PARA CONFERIR A ENTREVISTA COMPLETA, ACESSE AQUI:





Foto: Motaz Azaiza

A grande maioria dos assassinados pelas Forças de Defesa de Israel (FDI) são mulheres e crianças

GENOCÍDIO EM GAZA COMPLETA 100 DIAS SEM PERSPECTIVA DE PAZ

Ataques de Israel no território palestino já mataram mais de 24 mil pessoas e convertem a Faixa de Gaza em ruínas dia após dia

Por Marcelo Aguilar

Quando os ataques perpetrados por Hamas e demais organizações da resistência Palestina no Sul de Israel tomaram as manchetes do mundo inteiro, era provável imaginar que um massacre no território palestino viria como resposta. É o que marca a história. Mas a resposta de Israel supera o imaginável. Até o momento, desde o dia 7 de outubro de 2023, mais de 26 mil palestinos foram mortos, principalmente mulheres e crianças. Segundo as Nações Unidas, mais de 85% da população de Gaza foi deslocada à força, mais de 1,3 milhão de pessoas.

Relatores de Direitos Humanos da ONU alertaram no dia 16 de janeiro que Israel está utilizando a fome como arma de guerra: “Ações como bloqueio de acesso a terras agrícolas e ao mar, destruição de casas, bombardeios indiscriminados e colapso do sistema de saúde são apontadas como contribuintes para condições de fome, desnutrição, doenças e sofrimento generalizado”. O grupo de especialistas apontou ainda que os habitantes de Gaza “representam 80% de todas as pessoas que enfrentam fome em todo o mundo”.

LIMPEZA ÉTNICA

Em novembro de 2023, o pesquisador Bruno Huberman, judeu especialista no processo de colonização judaica na Palestina, já afirmava ao *Jornal dos Petroleiros* que o que ocorria em Gaza era “um massacre” que tinha “como suposto objetivo impor uma derrota militar sobre o Hamas, mas que tem se revelado com o objetivo real de expulsar o máximo possível de palestinos”. Para Huberman, a limpeza étnica é o elemento central para entender essa situação. Mais de 100 dias depois, o pesquisador afirma que essa visão só foi reforçada: “surgiram diversas evidências, como a declaração do próprio primeiro-ministro reivindicando isso, diversos dirigentes israelenses e relatórios que foram vazados com a intenção de Israel de ‘afinar’ a população de Gaza de 2 milhões para menos de 200 mil, essa foi a metáfora que eles

têm utilizado para expulsão em massa e punição coletiva”.

Para Huberman, “não apenas uma limpeza étnica está em curso, mas um genocídio através da destruição brutal, do assassinato indiscriminado de civis que a gente tem visto nos últimos meses. O que a gente observa é a continuação do processo de opressão e seu escalonamento, com a inação internacional, a exceção da demanda movida pela África do Sul, que pode de fato trazer transformações materiais imediatas, caso o Tribunal assim o entenda”.

GENOCÍDIO

O massacre conta com os Estados Unidos como principal fiador e detém também o apoio de países da União Europeia. Mesmo com protestos e ações de solidariedade ao redor do mundo, se desenvolvia com a passividade internacional, até que o governo da África do Sul tomou uma iniciativa histórica, elevando uma denúncia contra o Estado de Israel na Corte Internacional de Justiça (CIJ), em Haia, acusando o país de promover um genocídio sistemático contra o povo palestino. O governo do Brasil apoiou a iniciativa.

As provas apresentadas incluem declarações de autoridades israelenses como o ministro da Defesa, Yoav Gallant, que justificou o ataque a Gaza por estar lutando contra “humanos animais” e do próprio primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, quando declarou a guerra total a Gaza. A defesa de Israel insistiu na comparação dos ataques de Hamas com o Holocausto judeu, afirmando que “o único genocídio foi o praticado por Hamas”.

As perspectivas para a paz continuam sendo difíceis, e as palavras recentes de Netanyahu não trazem esperança nesse sentido: “Ninguém vai nos parar, nem a Corte de Haia, nem o eixo do mal, nem ninguém. Esse complô hipócrita em Haia contra o estado judeu ressuscitou das cinzas do holocausto, por aqueles que querem criar outro holocausto contra os judeus”.



BRONCA DO PEÃO: O SABOR DA PRECARIZAÇÃO QUE NOS DÁ AZIA

Pão que dá azia nos trabalhadores e trabalhadoras e comidas que já chegam estragada são reflexo de precarização acelerada

O ano de 2023 foi marcado por muita luta, mas com soluções tímidas. Sofrendo os reflexos dos anos em que o trabalhador foi tratado como um mal necessário, tivemos diversas ocorrências envolvendo o fornecimento de alimentação da Replan, deixando claro que o modelo ruim de contratação unido a uma fiscalização que não cumpre minimamente o seu papel, resulta em um show de horrores que despreza condições sanitárias adequadas.

O pão sabor azia é um exemplo muito marcante da baixa qualidade que está sendo entregue. Não bastasse a ausência de opções, a única disponível é ruim ao ponto de diversos trabalhadores sentirem azia após consumirem o alimento fornecido pelo restaurante. O famoso pão sabor azia é fornecido diariamente sempre com uma quantidade de proteína insuficiente e, de tão ruim, acaba não sendo comido, gerando desperdício de comida.

Não bastasse a comida ser congelada, o que já diminui a qualidade, volta e meia chega estragada, principalmente para o turno. No mês de agosto de 2023, vários companheiros passaram mal após consumir o alimento fornecido no almoço. As saladas e frutas seguem o mesmo caminho e refletem ainda mais o sabor da precarização do contrato, pois pela necessidade

de atender o baixo custo do contrato (e maximizar o lucro da empresa), chegam frequentemente estragadas, com larvas de insetos e azedas.

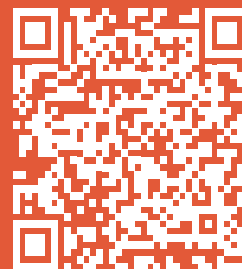
A solução mora na promessa de melhoria através de um GT que ainda está no papel. O problema da alimentação não pode ser empurrado com a barriga, precisa começar imediatamente com intensificação da fiscalização. O papel do fiscal de contrato não pode ficar resumido ao monitoramento de planilhas, assim como não pode ser uma função que disputa com as diversas outras demandas que o designado já possui.

A alimentação da refinaria precisa ser levada a sério imediatamente, principalmente para o turno, onde a qualidade da comida servida foi protagonista de eventos ofensivos à saúde, levando diversos trabalhadores a consumir o alimento que leva de casa. É importante que a empresa responsável pela alimentação da refinaria tome medidas imediatas para melhorar a qualidade da comida e garantir que os trabalhadores recebam refeições saudáveis e seguras.

**O texto foi enviado por petroleiro da base que preferiu não se identificar.*

BRONCAS
DE 2023

ACESSE O QR CODE E
CONFIRA ESTA E AS
PRINCIPAIS BRONCAS
DO PEÃO DE 2023



SINDIPETRO DENUNCIA FALTA DE PAGAMENTO DE ADICIONAL NA TRANSPETRO

Ofício foi enviado a empresa no início de janeiro cobrando explicações da empresa

Por Vitor Peruch

Após receber denúncia direta dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados da empresa Minuta Comunicação, que prestam serviços na Refinaria de Paulínia (Replan), o Sindipetro Unificado enviou um ofício a Petrobrás Transporte S/A - Transpetro. O documento formaliza a preocupação da entidade com a falta de pagamento do adicional de periculosidade e insalubridade de 30% aos profissionais, cobrando esclarecimentos e medidas

resolutivas da empresa.

A direção do Sindipetro solicita informações imediatas e a intervenção da fiscalização do contrato para assegurar o pagamento do adicional aos trabalhadores e trabalhadoras afetados, assim como a quitação dos valores retroativos pelo período trabalhado.

O sindicato ainda requer a intervenção da fiscalização do contrato entre a Transpetro e a Minuta Comunicação, a

fim de assegurar que o adicional seja devidamente pago aos trabalhadores e trabalhadoras e cobra para que os valores retroativos sejam pagos aos profissionais pelo período em que a situação persistiu.

“A falta de pagamento desses adicionais viola direitos trabalhistas fundamentais e compromete a segurança e o bem-estar dos petroleiros”, afirmou Steve Austin, diretor do Sindipetro Unificado.